

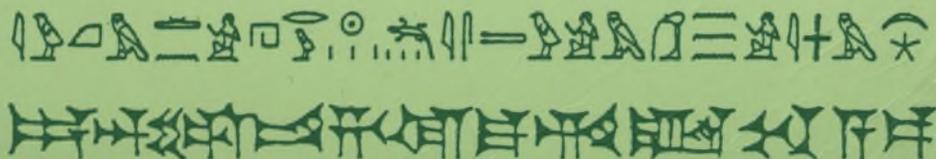
CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

2



E D I C I O E S
C O S M O S



HELLMUT BRUNNER, *Altägyptische Religion* (colecção «Grundzüge», 50), 3.^a ed., Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt 1989, 159 pp.

Forma e formato da Obra estavam de certo modo definidos pelos moldes da colecção («Linhas fundamentais»). Cumpria explicar o conteúdo, e o Autor conseguiu-o com notável equilíbrio e mestria — nem jejum absoluto nem carga desnecessária de erudição, nem omissão nem sobrevalorização de exterioridades como número e forma dos deuses («entusiasmar-se por uma barbárie dessas é coisa que não se pode pedir a ninguém», já dizia A. Erman com indiscutível conhecimento da matéria), ritos do culto diário e festas sazonais.

Dos seis capítulos dedica-se o primeiro aos deuses — sem pretender tratar exaustivamente o assunto, atacam-se as concepções fundamentais do Egípcio em meia dúzia de figuras escolhidas (Tot, Hathor, Ptah e os companheiros Sekhmet e Nefertem, Ré e Amon), concluindo com o politeísmo de fundo e o «monoteísmo» de Akhe-naton (pp. 9-46). Seguem-se os principais mitos (cap. II), com reflexões sobre a essência do mito, o seu lugar na religião e a sua relação com o culto e a construção dos templos (pp. 47-63). «A realeza divina», no vale do Nilo completamente impensável e incompreensível fora da religião, merece um capítulo próprio (III: pp. 64-76). Templo e culto ocupam o cap. IV (pp. 77-102), com excursão sobre a magia, um domínio importante e de difícil acesso para nós. Somos, de seguida, confrontados com a relação íntima do crente com o «seu» deus, sobretudo na era dos Ramsés (cap. V: «Piedade pessoal», pp. 103-121). O último capítulo debruça-se sobre as crenças no Além (VI: «Totenglaube», pp. 122-148), um tema que se impõe a todo aquele que se aproxima do Egípcio faraónico, quer como estudioso, quer como curioso, leitor ou viajante. Um breve epílogo («Sobrevivência e significado», pp. 149-152) arredonda a exposição, completada ainda por duas páginas de Bibliografia fundamental e cinco páginas de Índice analítico. Depois dos tratados mais ou menos sistemáticos, mais ou menos descritivos de H. Brugsch, E. A. Wallis Budge, A. Erman, H. Kees, H. Frankfort, H. Junker, S. Morenz e F. Daumas, depois de tantos estudos e monografias sobre deuses determinados e posições fundamentais (monoteísmo, iconografia dos deuses), o trabalho de síntese estava tão preparado como complicado. Traçado o plano e estabelecidas as fontes (com preferência para as mais unívocas, os textos, e cepticismo em relação à ambiguidade das figuras), o Autor leva-nos ao verdadeiramente essencial.

Os Egípcios, como os antigos orientais e até Gn 1, não imaginaram a criação a partir do nada; e, ao contrário destes, nem sequer especularam sobre a criação do homem — só lhes interessou a criação dos deuses (p. 50). Não só deuses, homens e coisas pertencem à ordem criada; espaço e tempo também foram criados (p. 49). De resto, os mitos foram vividos e acreditados, mas não se desenvolveram em formas literárias. A função do mito no Egípto faraônico, como noutras civilizações antigas, era dar sentido e ordem ao mundo caótico e ameaçador. «Mitos trazem segurança e consolação mesmo quando se narram tragédia e morte, pois colocam uma clara linha de destino no lugar do acaso cego e imprevisível» (p. 60).

São judiciosas as clarificações sobre a concepção tipicamente egípcia do rei-deus: «seria redutor, e até simplesmente falso, dizer que o faraó era deus» (p. 64). Herdeiro dos deuses que em tempos remotos tinham governado o Egípto, o faraó tinha «parte imediata na divindade» (*ibid.*), mas não era um deus do panteão egípcio. Embora se chegasse a prestar culto ao faraó reinante na Núbia, no tempo dos Ramsés, só o rei morto se considerava divinizado. Ao contrário de outros egiptólogos (S. Morenz e W. Barta, que cita p. 70 e F. Daumas que omite), o Autor não crê que houvesse um ritual de nascimento divino celebrado no templo da capital e mais tarde nas *mamisis* anexas aos templos um pouco por todo o país.

O mito do nascimento divino por união carnal da rainha-mãe com o deus imperial Amon-Ré era, aliás, uma das várias formas de legitimação dinástica, ao lado da hereditariedade e da escolha divina. O que poderia ser fonte de conflitos para o «raciocínio polar» europeu oferecia-se ao Egípcio como conjunto de aspectos a escolher e salientar segundo as circunstâncias do momento (p. 72).

A descrição do plano e arquitectura dos templos não se limita à funcionalidade e à estética. O templo é a imagem do mundo e requer uma leitura simbólica. As torres dos pilones são os dois montes entre os quais nasce o sol no oriente; o nível mais alto do pavimento em que repousa a imagem divina é a colina primordial donde emergiu a terra na criação; a sala hipostila representa o pântano das origens a sair do Nun, o caos aquoso; colunas de capitel palmiforme evocavam Buto, lugar importante nos primórdios da religião egípcia (pp. 81-82). Entre as festas principais contavam-se a da Ressurreição de Osíris, a Festa do Vale e a Opet (visita de Amon de Karnak com esposa Mut e filho Khonsu ao templo de Luxor). Festas e procissões atraíam turbas numerosas de crentes, ao invés do culto diário reservado aos sacerdotes e ao silêncio dos espaços sagrados. Mesmo assim, este

culto era considerado um serviço ao país — deuses bem confortados nos seus templos estavam prontos a atender as orações dos seus fiéis.

Foi bom consagrar um capítulo inteiro à piedade pessoal, não só pela importância que teve na religião do Império Novo, mas por ser mais compreensível ao homem moderno, ao menos do que tem alguma empatia com o fenómeno religioso (à primeira vista, os ritos do culto oficial só despertam no europeu moderno um interesse de curiosidade antiquária). No mundo cosmopolita do Império Novo, o Egípcio sentiu-se isolado e desprotegido da sociedade, lançando-se «nas mãos de Deus» com imediatez e confiança nunca vistas.

Sobrevivências da iconografia egípcia são indubitavelmente a representação da *madonna lactan* (Ísis com o Menino Hórus) e, acrescento eu, da *Theotokos* paleocristã. O pensamento do juízo dos mortos emigrou tanto para a Grécia como para Israel; a figura do salvador influenciou o romance grego. Mais difícil é saber até que ponto concepções egípcias influenciaram a narrativa lucana do nascimento de Jesus e o dogma cristão da Santíssima Trindade (pp. 149-152).

Talvez se pudessem distinguir mais nitidamente concepções de «criação» e «origem», evitando chamar à Ogdóade de Hermópolis «uma variante» da versão da criação (p. 51: com S. Morenz, chamar-lhe-ia versão de «origem do mundo», *Weltwerdung*). Nem todos defenderão tão singelamente «o monoteísmo de Akhenaton» (pp. 35-46), não só porque o credo de Amarna não deixou de associar Aton a Shu e Ré, mas sobretudo pelo que o conceito de monoteísmo envolve após tantos séculos de especulação filosófica e teológica.

José Nunes Carreira

JAN ASSMANN, *Ma'at: Gerechtigkeit und Unsterblichkeit im Alten Aegypten*, Verlag C. H. Beck, Munique, 1990, 319 pp.

Este livro, dedicado a um mestre da hermenêutica, Hans Georg Gadamer, é ele mesmo também um contributo decisivo para a hermenêutica de uma questão basilar na cultura egípcia.

Jan Assmann é um ainda jovem egiptólogo alemão que se tem dedicado particularmente a questões de religião e literatura egípcias e, nesse capítulo, tem estado a construir uma linha inovadora e promissora de investigação.